

# A NOVA HISTORIOGRAFIA E O IMAGINÁRIO DA REPÚBLICA

*José Murillo de Carvalho*

*(Fundação Casa Rui Barbosa e  
Instituto Universitário de  
Pesquisas do Rio de Janeiro — IUPERJ/Brasil)*

Como se trata de um seminário sobre a nova historiografia, o que gostaria de fazer aqui é indicar alguns pontos, que considero relevantes para essa nova tendência e, a seguir, discutir alguns problemas metodológicos encontrados no trabalho que fiz sobre o imaginário da república. A combinação de discussão teórico-metodológica com a prática da pesquisa talvez seja interessante para um programa de pós-graduação em história.

## CARACTERÍSTICAS DA NOVA HISTORIOGRAFIA

Lawrence Stone, historiador inglês radicado nos Estados Unidos, escreveu há algum tempo um artigo que me parece muito útil para caracterizar a nova historiografia (Past & Present, nov. 1979). O artigo se chama "*The revival of narrative: reflections on a new old history*". Nele Stone examina a recente historiografia praticada na Europa e nos Estados Unidos e lista alguns de seus traços marcantes. Vou selecionar os traços com os quais mais me identifique e acrescentar um ou outro por conta própria.

Um primeiro ponto levantado por Stone refere-se a mudança no tema central da historiografia. Esse tema se teria deslocado das circunstâncias do ser humano (Stone diz "do homem", expressão que seria hoje imprudente), para o ser humano em circunstância. O que significa isto? Significa que antes da mudança o centro das preocupações eram fatores de natureza vária, geográfica, econômica, climática, racial, que supostamente determinavam o comportamento humano. O ser humano entrava como variável dependente dessas forças macro-sociais. Teria havido uma guinada no sentido de colocar o ser humano como tal no centro das preocupações. Não significa isto que as circunstâncias se tenham tornado irrelevantes e desprezíveis. Elas continuam sendo levadas em conta, mas passaram a ser vistas a partir da perspectiva do ser humano, a partir da maneira como são percebidas.

Um segundo ponto, ligado ao primeiro, tem a ver com a troca de uma visão estratificada e monocausal dos fenômenos sociais por uma visão interconectada e multicausal. Isto significa que boa parte da historiografia anterior via os fatores sociais como níveis, como estratos, como camadas geológicas. A estratificação mais conhecida é naturalmente aquela que coloca o econômico na base, o político no meio, lá no alto o cultural. A estratificação era também hierarquizada, ou seja, o importante era o que estava na base, o estrutural. No exemplo citado, era o econômico. O político e o cultural, para ficar com o exemplo, produtos do ser humano, tinham poder explicativo menor, eram determinados pelo estrutural. A nova historiografia rejeita esta visão. Ela insiste em não estratificar, em não hierarquizar os elementos da análise. A causalidade não é única nem dirigida em uma só direção. É a cultura que reúne e dá sentido aos diversos componentes da realidade social. Exemplo típico da nova abordagem é fornecido por Clifford Geertz, antropólogo de grande influência sobre a nova historiografia. Geertz estudou a briga de galos em Bália e através do que chama de descrição densa ("thick description") tentou reconstituir toda a fábrica social. Um micro-fenômeno, carregado de cultura, de sentido, lhe permite, através de intrincadas conexões, chegar ao macro-social. O econômico, o social, político, não são separados e hierarquizados, são partes de uma mesma experiência. Outro exemplo clássico, agora de um historiador reconhecido, é o estudo da

batalha de Bouvines por Georges Duby (*Le Dimanche de Bouvines, 27 Juillet 1214*). A análise de uma batalha fornece material para o entendimento das principais características da França do século XIII. Outro dos mais respeitados historiadores franceses, Le Roy Ladurie, usou um único episódio, o carnaval, para decifrar a vida de uma cidade na França do século XVI (*Le carnaval de romans*).

Terceiro ponto, também ligado aos anteriores, seria a mudança de ênfase de fatores demográficos, econômicos, biológicos e sociais para fatores culturais e psicológicos. É decorrência lógica da concentração no ser humano, o único produtor de cultura. Desta mudança vem a grande safra de estudos históricos sobre temas que nenhum historiador de respeito ousaria antes enfrentar: o medo, a morte, o prazer, o odor, o corpo, as mentalidades. Alguns estudos clássicos tem sido produzidos sobre esses temas que despertariam risadas se mencionados nas décadas de 50 ou 60.

Além da diversificação temática, a ênfase no cultural serve também para chamar a atenção para a natureza da realidade das coisas na sociedade humana. Essa realidade é sempre mediada pela cultura, é a cultura que lhe dá sentido. Tive a esse respeito uma experiência muito educativa na Índia. O que é uma vaca? Uma vaca é uma vaca, responderia qualquer pessoa de aparente bom senso. A resposta é enganadora, como aprendi em Dheli. Vi nas ruas dessa cidade um homem de aparência miserável vendendo bolinhos. Uma vaca começou a comer os bolinhos. O vendedor reagiu com extrema delicadeza, tentando afastar discretamente o bicho, que não lhe dava atenção e continuava a se regalar com os bolinhos, acabando por derrubar o tabuleiro para desespero do pobre coitado. Em casa, perguntei a meu anfitrião indiano como explicar que uma pessoa permitisse a um bicho destruir seu meio de vida sem reagir à altura. Muito simples — respondeu-me — o vendedor era certamente um muçulmano e se batesse na vaca seria linchado na hora pelos hindus. A vaca de Dheli se parece em tudo com a vaca que pasta nos rincões gaúchos, mas vê-se que de fato são realidades com sentido totalmente distinto que é dado pela cultura. Esse sentido faz parte da realidade das coisas, não é algo que se lhe coloca por cima como chantilly sobre os morangos.

Um quarto ponto, desdobramento dos anteriores, é o tipo de influência, de inspiração, que a nova historiografia recebe. Se anteriormente a influência vinha da demografia, da economia, ou mesmo da sociologia, ciências do macro-social, agora a maior influência vem da antropologia e, em menor escala, da psicologia e da psicanálise. É outra consequência da concentração no ser humano. É a antropologia que trabalha preferencialmente com o mundo do simbólico, com o mundo dos significados. A marca da antropologia é clara, por exemplo, nos trabalhos de Robert Darnton, particularmente em seu estudo sobre o massacre de gatos, na Paris do século XVII. Darnton divide um seminário na Universidade de Princeton com Clifford Geertz. Seu estudo sobre o massacre dos gatos é a versão de um historiador para análise da briga de galos de Geertz. O episódio parece banal: os operários de uma fábrica em atrito com o patrão resolvem fazer um massacre de gatos, dedicando atenção especialmente à gata da patroa. Através de uma "descrição densa" do episódio, Darnton reconstitui o mundo cultural e o mundo do trabalho da França da época.

Um último ponto, e este não é de Stone, tem a ver com a metahistória. Trata-se da passagem de uma visão determinista e evolucionista da história para uma visão como processo indeterminado. Boa parte da historiografia anterior estava marcada pelas principais correntes de pensamento do século XIX, o darwinismo social, o marxismo, o positivismo. O evolucionismo, frequentemente unilinear, estava presente em todas essas correntes. O positivismo e o marxismo chegavam a definir etapas no processo evolutivo. A partir dessa ótica, a história era vista como portadora de um sentido imanente, como contendo leis internas, naturais e inexoráveis, bem expressa na conhecida frase de Comte: "O homem se agita, a humanidade o conduz". O ator humano pode tentar fazer história, mas o efeito de sua ação é limitado pois as grandes linhas da evolução foram traçadas à sua revelia.

Para dar uma nota local, essa visão evolutiva teve importantes consequências para a concepção do papel do intelectual no Brasil. Desde a absorção do positivismo ao final do século passado, emendando depois com o marxismo na década de 20, os intelectuais brasileiros se julgavam detentores do segredo das leis da história, se viam na

vanguarda da evolução histórica, na posição de líderes ideológicos da nação, foram infectados pelo vírus messiânico. O complexo está desaparecendo e muito do que se faz hoje já não supõe o evolucionismo unidirecional na história. Sem dúvida, a reação ao historicismo, no sentido popperiano de palavra, pode levar a exageros, à um total relativismo. Mas há um inegável elemento democrático na nova postura. O caminho da história é feito no próprio caminhar. O papel do intelectual não é, nesta visão, o de ditar regras, de apontar direções, porque não há certeza sobre direções. O papel do intelectual é o de abrir, não de fechar debate, é o de desvendar perspectivas, escancarar janelas, problematizar.

### PESQUISANDO O IMAGINÁRIO REPUBLICANO

Não é difícil perceber que o estudo do imaginário se vincula diretamente aos temas centrais da nova historiografia. O imaginário é a maneira pela qual as pessoas estruturam seu mundo, lhe dão significado. Por menos educadas que sejam, as pessoas sempre encontram uma maneira de dar sentido à sua vida, às suas relações, ao mundo que as cerca. É uma necessidade do ser humano, é parte essencial de sua cultura. O imaginário não é por isto mesmo externo às coisas, superposto à realidade. Ele é a forma inteligível pela qual as coisas existem para o ser humano. Neste sentido, imaginário e discurso se assemelham: são formas de representação da realidade. O discurso trabalha com conceitos, o imaginário com imagens e símbolos, mas ambos são representações que frequentemente se combinam. Como produto cultural, o imaginário tem tudo a ver com a ênfase no ser humano da nova historiografia, com a recusa de estratificar níveis de explicação, com a visão multicausal que busca nódulos de significado. Ele denuncia, enfim, a influência da antropologia no trabalho histórico.

Com tudo isto, não foi, no entanto, a nova historiografia que me levou a escrever *A formação das almas*, o estudo do imaginário da República. O estudo foi decorrência lógica da pesquisa anterior sobre a República no Rio de Janeiro, descrita em *Os bestializados*. Tornara-se claro que havia no Rio de Janeiro uma grande distância entre o

mundo oficial do novo regime e mundo da população da cidade. A distância fora percebida pelos republicanos no próprio ato da proclamação, como o atesta a expressão "bestializado" usada no título do livro. Ela era particularmente incômoda, na realidade intolerável para republicanos autênticos, pois uma república sem povo era a negação de tudo que a propaganda prometera, era a desmoralização do novo regime. O primeiro estudo já revelara esforços dos republicanos no sentido de reduzir essa distância, de conquistar o apoio popular que faltava. O esforço revelava-se principalmente na tentativa de manipular símbolos, em geral tirados da tradição revolucionária francesa, como a Marselhesa, a bandeira tricolor, o barrete frígio.

Uma vez decidido o aprofundamento do estudo do esforço de legitimação do novo regime, alguns textos, em geral franceses, foram de grande utilidade. A obra mais útil foi a coletânea organizada por Pierre Nora, *Les lieux de mémoire*, particularmente o volume I onde há estudos sobre a Marselhesa, de Michel Vovelle, e sobre a tricolor, de Raoul Girardet. Outro livro útil para o estudo da alegoria feminina foi o de Maurice Agulhon, *Marianne au combat*. Neste livro, o autor acompanha as tentativas da Revolução de apropriar-se da imagem feminina ao longo das três primeiras repúblicas.

Era preciso selecionar alguns temas relacionados com o imaginário. Selecionei os que a própria pesquisa indicava como mais relevantes: o mito de origem, a imagem feminina, o mito do herói, e os emblemas nacionais, hino e bandeira.

O mito de origem é fenômeno comum a quase todos os sistemas políticos, particularmente àqueles implantados por movimentos revolucionários. Nações e cidades frequentemente têm também seus mitos de origem. Exemplo clássico é o de Roma com mito de Rômulo e Remo. As próprias revoluções transformam-se em mitos de origem de novos sistemas políticos. A universalidade do fenômeno denuncia o poder dos mitos em forjar identidades coletivas.

A República tentou criar seu mito de origem. A leitura dos depoimentos das testemunhas visuais dos acontecimentos da proclamação mostra que não existe certeza sobre quase nada. Há versões distintas sobre quase tudo. Não há certeza sobre se a República foi proclamada no Campo de Santana pois, segundo alguns, no momento consagrado como da proclamação pelo quadro clássico de Bernardelli,

Deodoro teria de fato dado um viva ao Imperador. Há, assim, versões dos fatos que são também versões de república. Quem salienta o papel de Deodoro está tentando passar uma visão de república, e o mesmo se dá com os que ressaltam a atuação de Benjamin Constant. No caso de Benjamin, o que está por trás é toda uma visão da história, como fica claro nos monumentos positivistas do Rio de Janeiro e aqui de Porto Alegre. Criou-se em torno da proclamação um imaginário em que fato e ficção se misturam de maneira indissolúvel.

O tema da imagem feminina é também clássico. A inspiração aqui era francesa e remontava à antiguidade clássica. Examinamos como esta simbologia foi manipulada no Brasil e qual seu efeito. Neste caso verificou-se a advertência de Baczo de que símbolos não são arbitrários, não produzem efeito se não há uma comunidade de sentido em que possam operar. Não havia no caso brasileiro esta comunidade de sentido relativa à imagem da mulher e a manipulação do símbolo para representar a república fracassou, caiu no ridículo.

O terceiro tema, o mito do herói, é igualmente universal. É freqüente a tentativa de encarnar em certas figuras valores coletivos que se quer implantar. O exame das tentativas de mitologia é revelador tanto no caso de êxito como de fracasso do mito. No caso da República, é revelador o fracasso em mitificar os protagonistas de 15 de novembro e o êxito em relação a Tiradentes. Mais revelador ainda é que o êxito em promover Tiradentes tinha sido devido à razões religiosas e não cívicas. A comunidade de sentido que acabou permitindo o êxito da mitologia de Tiradentes provinha do mundo dos valores religiosos, por mais embaraçoso que isto tenha sido para os republicanos.

A necessidade da comunidade de sentido para que o mito seja operativo fica óbvia quando se reclama de Tiradentes por razões localistas ou ideológicas. Vamireh Chacon, pernambucano, implica sempre comigo dizendo que Tiradentes não é herói e não é herói nacional, que em Pernambuco o herói é Frei Caneca. Ora, não se trata de decidir quem é mais herói do que o outro, ou de disputa regional. Não tenho nada contra Frei Caneca ou contra Bento Gonçalves, para usar um exemplo riograndense. É possível mesmo defender que tenham sido republicanos mais autênticos do que Tiradentes. Meu argumento é que Frei Caneca não tinha condição de ser herói

nacional, em parte exatamente por seu radicalismo. Podia ser herói dos jacobinos, ou herói local, mas não herói nacional. Não tinha a ambiguidade de Tiradentes que misturava religião e política, rebeldia e submissão, coragem e martírio. A ambiguidade, o tão malsinado misticismo, é que lhe abriram um espaço amplo de aceitação, que o introduziram em uma comunidade de sentido.

Os dois últimos temas são o hino nacional e a bandeira, símbolos cívicos por definição. No caso do hino, temos o único exemplo de participação popular efetiva embora inesperada. O novo hino que os republicanos queriam introduzir foi rejeitado pela população que exigiu a manutenção do hino antigo. No caso da bandeira, a manutenção parcial da bandeira imperial foi feita pelos positivistas. A briga deles era com a imitação da bandeira americana que circulou no dia 15 de novembro, símbolo, segundo eles, de uma civilização que não era a nossa e que não devia ser a nossa. A nova bandeira, excetuando-se o dístico positivista, era baseada na antiga e foi em geral bem aceita. É que, embora a participação política fosse pequena no Império, bandeira e hino já tinham sido parte de experiências cívicas ou pessoais importantes. Refiro-me especialmente à Guerra do Paraguai de que participaram diretamente como combatentes 80 mil brasileiros. Bandeira e hino acompanharam os soldados aos campos de batalha e estavam presentes nas celebrações da vitória. Quando Gottschalk visitou o Rio em 1869, em plena guerra, compôs e fez executar por uma orquestra-monstro sua *Marcha Solene Brasileira*, uma fantasia sobre o hino nacional, o êxito foi retumbante. Havia aí um início de formação de identidade nacional, de que o hino começava a ser um símbolo eficiente.

## ALGUNS PROBLEMAS METODOLÓGICOS

O estudo do imaginário apresenta dificuldades que é preciso enfrentar. Para muitos historiadores não simpáticos à nova historiografia, trata-se apenas de literatura, tanto pela fluidez de conceitos como pela falta de rigor com as fontes. Não tenho tempo para entrar aqui na discussão sobre as relações entre história e literatura. Digo apenas que para mim elas se distinguem especialmente pelo tipo

de evidência e de demonstração. A história do imaginário, ou das mentalidades, não pode prescindir de uma cuidadosa seleção e tratamento de evidências. A variedade de fontes que ela permite utilizar deve ser oportunidade de enriquecimento da análise e não de seu afrouxamento.

Algumas fontes são particularmente ricas. Tome-se, por exemplo a caricatura. Uma simples charge pode abrir inesperadas janelas para o entendimento de certos fenômenos, para compreensão de como eram vividos e percebidos. Mas o uso de caricaturas envolve um alto grau de subjetividade em sua avaliação. Por que esta e não outra interpretação? No caso do meu estudo, por exemplo, eram centenas as caricaturas espalhadas em diversas revistas. Uma maneira de reduzir o arbítrio seria quantificar a análise, codificar todas elas, classificá-las, dar-lhes um tratamento estatístico. Mas a quantificação atribui a cada caricatura a mesma qualidade, o mesmo valor heurístico, o que definitivamente não é aceitável. Elas variam de acordo com o autor, de acordo com sua qualidade artística, de acordo com a agudeza da percepção que as produz. Uma só pode valer por cinquenta. A quantificação elimina este aspecto crucial.

A maneira como enfrentei o problema foi um compromisso. Tentei examinar o maior número possível de caricaturas em épocas distintas, em revistas distintas, por autores distintos. Através do exame, mais por "feeling" do que por quantificação, procurei detectar a direção em que caminhavam, a representação predominante que revelavam a propósito do tema que me interessava. A partir daí pude selecionar as mais representativas. O procedimento foi complementado com a adição de outras fontes como uma espécie de teste de plausibilidade para a interpretação dada.

Permanece, no entanto, margem irreduzível de arbítrio. Aqui entra a imaginação histórica. A qualidade do produto final dependerá da combinação de evidências com imaginação. Quem for mais cuidadoso no levantamento de evidências e mais criativo em sua interpretação terá melhores condições de convencer. Boa historiografia, a meu ver, é isto: capacidade de convencimento dentro das regras da disciplina.

A imaginação deve ser usada também na busca de fontes. O estudo do imaginário é particularmente desafiador neste ponto, pois a

representação da realidade pode dar-se de maneiras muito variadas. Uma fonte que me foi muito útil, por exemplo, foram os monumentos públicos. Monumentos são carregados de sentido, por definição procuram ao mesmo tempo refletir e inculcar uma visão da realidade. Buscam convencer, mas para tal precisam sustentar-se em valores partilhados pela população. Os monumentos republicanos de inspiração positivista foram particularmente úteis. Neles se refletia com clareza uma versão da proclamação da república e uma visão histórica. O tratamento do herói é neles muito distinto daquele utilizado, por exemplo, por Bernardelli no quadro da proclamação.

Algumas fontes não foram utilizados por limitações da pesquisa, mas seu uso deve ser cobrado. Refiro-me especialmente ao livro didático. O livro escolar é um instrumento estratégico para qualquer regime formar novas gerações dentro dos novos valores, dentro do modelo de ser humano que procura inculcar. Outras fontes são os museus, as exposições de arte, as exposições nacionais, a literatura de cordel. São todas expressões do imaginário da elite ou do povo. O campo aberto à pesquisa e à imaginação do historiador é vasto e rico.

No caso da *A formação das almas*, eu diria que as fontes são razoavelmente satisfatórias para revelar o esforço dos republicanos em vender uma determinada imagem da república, em criar um imaginário republicano que se opusesse ao monarquista. Mas elas deixam a desejar quando se trata de demonstrar a recepção desses esforços, o êxito que tiveram entre a população. É possível até admitir que para o Rio de Janeiro as fontes sejam razoáveis, embora não totalmente convincentes. Mas, e para o resto do país? A república vista do Rio de Janeiro não será a mesma vista do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas, de Pernambuco. É claro que por ser o Rio o centro político, o esforço de vender a república se concentrou nessa cidade, de onde mais facilmente se difundiria para o resto do país. Mas isto não elimina a necessidade de pesquisar outros estados. O caso já mencionado da resistência pernambucana a Tiradentes é ilustrativo. O argumento de que Tiradentes não pode ser o herói da república por não ter sido o primeiro a lutar por ela e por se ter transformado em místico é equivocado, não capta o cerne da questão. Mas não deixa de ser verdade que há especificidades locais, que há variedades locais de imaginário que é preciso incorporar.

O que nos pode dizer um trabalho como esse? Creio ter sido possível mostrar que não houve apenas ausência de envolvimento popular na implantação do novo regime. Além dessa ausência, houve também uma grande distância entre os novos valores e os valores e tradições populares. As tentativas de criar um imaginário republicano, quando tiveram êxito, este foi devido à concessões à tradição monárquica, como nos casos do hino e da bandeira, ou ao desvio involutário para o campo dos valores religiosos, como no caso de Tiradentes. Fora disto, o esforço caiu no vazio por não encontrar a comunidade de sentido de que falava Baczko. Foi o caso da simbologia feminina. A figura enérgica de Palas Atena, tomada como símbolo do novo regime, vai aos poucos se modificando até transformar-se em prostituta nas caricaturas. Por um outro caminho chegamos à mesma avaliação do novo regime a que chegou Alberto Sales: uma prostituição do ideal republicano.

Finalmente o estudo do imaginário republicano nos revela uma consequência importante da ênfase no ser humano e em seus valores pregada pela nova historiografia: a ênfase é central para o desenvolvimento do respeito pela diversidade e, portanto, para o desenvolvimento da própria democracia. A construção de uma república não pode passar pelo desrespeito aos valores populares, em nosso caso levado ao extremo do massacre de Canudos. O imaginário da república tem que passar pelo imaginário popular e isto só será possível se o povo fizer parte da república. De outro modo, não vejo solução para o regime nem para o país. Não precisamos de messias esclarecidos que apontem caminhos pré-determinados por leis históricas. Precisamos de respeito às diferenças e de muita batalha de idéias.